Portaria CGMP nº 109

De 28 de janeiro de 2010.

Cria os relatórios eletrônicos de atividades funcionais atinentes à atuação do Ministério Público nos Plantões Judiciários e dá outras providências.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que é dever do membro do Ministério Público enviar à Corregedoria-Geral relatórios de atividades funcionais periódicos, para os fins do art. 24, IV e V da Lei Complementar Estadual 106/2003;

CONSIDERANDO o previsto na Resolução GPGJ nº 1.401, de 03 de dezembro de 2007, dirigida à atuação do membro do Ministério Público nos procedimentos que demandem solução de urgência, fora dos dias de expediente forense comum, no primeiro grau de jurisdição;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar e otimizar as informações originárias da atuação do Ministério Público durante os plantões judiciários.

EDITA o presente ato normativo:

Art. 1º - Ficam criados os relatórios eletrônicos de atividades funcionais atinentes à atuação do membro do Ministério Público designado para oficiar em dias e horários fora do expediente forense comum, nos plantões diurnos, noturnos e postos avançados dos Juizados Especiais Criminais, instalados em eventos esportivos, musicais e festas populares.

Parágrafo único - O Promotor de Justiça deve encaminhar os relatórios de atividades funcionais à Corregedoria-Geral do Ministério Público, por meio eletrônico, através do link *Sistemas/Estatística da Corregedoria*, no prazo de dez dias, a contar da data do plantão judiciário.

Art. 2º - O registro de qualquer fato relevante ou extraordinário ocorrido no período, que não configure quesito já contido nos relatórios, deve ser lançado no campo "observações".

Art. 3º - É facultada ao Promotor de Justiça a remessa da ata do plantão judiciário à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor em 01 de fevereiro de 2010, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria CGMP nº 70, de 01 de outubro de 2004.

CEZAR ROMERO DE OLIVEIRA SOARES
Corregedor-Geral do Ministério Público